

# CFESS MANIFESTA



CFESS  
CONSELHO FEDERAL  
DE SERVIÇO SOCIAL

✽ Dia Nacional da Visibilidade Lésbica ✽

Brasília, 29 de agosto de 2009

## VISIBILIDADE LÉSBICA: RESPEITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO SEXUAL

No âmbito de sua atuação na defesa da ética e dos direitos humanos, o CFESS defende a liberdade como valor ético central e foi a partir deste entendimento e, em sintonia com os princípios do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, que foi realizada, durante a gestão 2005/2008, a Campanha Nacional pela Livre Orientação e Expressão Se-



xual “O Amor fala todas as Línguas: Assistente Social na luta contra o preconceito”. Um dos resultados fundamentais dessa Campanha foi a aprovação da Resolução CFESS nº 489/2006, que “estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo no exercício profissional do/a Assistente Social, regulamentando princípios inscritos no Código de Ética Profissional”. O capitalismo como sistema de exploração que reproduz desigualdade social, violência e desemprego se articula a um triplo sistema de opressão: patriarcado - racismo - heterossexualidade obrigatória que, cotidianamente dizima a vida de mulheres e homens, negando-lhes o desenvolvimento de suas potencialidades e diver-

sidade humana. O movimento de mulheres lésbicas e bissexuais organizadas no Brasil considera há mais de uma década o mês de Agosto como um mês especial para dar visibilidade política à livre expressão sexual entre mulheres. Durante este mês, em todo o Brasil, o movimento realiza inúmeras ações político-culturais de re-

sistência para romper com a imposição da invisibilidade e, conseqüentemente, a negação de direitos e a impunidade nos casos de homofobia/lesbofobia/transfobia. Duas datas ganham relevo para simbolizar a luta pela liberdade de expressão sexual das mulheres lésbicas: 19 e 29 de agosto. O fundamento de ambas é o mesmo, mas sua gênese difere. 19 de agosto é nomeado pelo movimento como Dia do Orgulho Lésbico, assim determinado em função da primeira manifestação lésbica contra o preconceito e discriminação ocorrida no Ferro's Bar, em São Paulo, quando militantes do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) foram proibidas de vender materiais educativos sobre visibilidade lésbica naquele estabelecimento em 1983. O dia 29 de agosto - Dia Nacional da Visibilidade Lésbica ad-

veio, em 1996, da necessidade coletiva de tornar público um segmento que, historicamente, ocupou o espaço da invisibilidade. Entre 29 de agosto e 01 de setembro de 1996, no Rio de Janeiro, o Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro - COLERJ e o Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher (RJ) realizaram o I SENALE (Seminário Nacional de Lésbicas), evento que teve como tema central “Saúde, Visibilidade e Organização”. Por reunir, pela primeira vez no Brasil, aproximadamente, 100 mulheres lésbicas foi escolhido, no I SENALE, o 29 de agosto, como Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. O SENALE tem se constituído como um instrumento para o fortalecimento político das mulheres que se relacionam com mulheres, sendo muitas delas, vítimas de violência psicológica, física e sexual em razão da discriminação e do preconceito quanto à sua orientação e expressão sexual. Nesse horizonte, a expressão pública despontada como uma das estratégias centrais para romper com a violação de direitos e fortalecer as mulheres lésbicas e bissexuais como

sujeitos políticos e coletivos. O movimento politizado em torno da homossexualidade surge, no Brasil, no final dos anos 1970, no período pós-ditadura. A organização lésbica marca os idos dos anos 1979, quando lésbicas, predominantemente feministas, começam a marcar presença e visibilidade no primeiro grupo de afirmação homossexual do país, o Somos em São Paulo. Mas foi nos idos dos anos 2000 com a criação de articulações nacionais de lésbicas como a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL/2003) e a Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL/2005) que o movimento ganhou mais visibilidade e expressão na sociedade brasileira. Dessa forma, no Brasil, os grupos de lésbicas vão se multiplicando e, aos poucos, conquistando visibilidade na cena pública, politizando a questão da livre orientação e expressão sexual e, ao mesmo tempo, convocando, juntamente com gays, travestis, transexuais e transgêneros, a sociedade e o Estado para rever seus parâmetros homofóbicos/lesbofóbicos/transfóbicos. Um momento signifi-

cativo para a organização lésbica brasileira foi a construção do I SENALE - Seminário Nacional de Lésbicas em 1996, no Rio de Janeiro. De 1996 a 2006 foram realizados seis SENALE's, espaço construído por e para lésbicas que visa dar visibilidade e fortalecer a organização política, debatendo temas de interesse como sexualidade, saúde, gênero, combate à violência, diversidade, conjuntura entre outros. No âmbito das lutas para enfrentar o sexismo, o machismo, enquanto expressões do patriarcado, o movimento feminista teve um papel fundamental seguindo uma trajetória de superação de demandas/necessidades reprodutivas, abordadas no campo exclusivo da heterossexualidade para a incorporação à sua agenda de lutas as questões referentes às particularidades das mulheres lésbicas. Um grande desafio tem sido ampliar a rede de alianças do movimento de mulheres lésbicas com outros sujeitos coletivos como movimento de mulheres e homens negros/as, MST, Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), Movimento das Pessoas com Deficiência, dentre outros. Sem explicitação dos sujeitos

***“ Afirmar-se como lésbica é uma identidade política que transcende a “identidade sexual” e, portanto, constitui uma ação política para desconstrução da heterossexualidade compulsória e da heteronormatividade que se manifestam, por exemplo, na imposição da maternidade como obrigação e não como opção ”***

políticos e coletivos como visibilizar as opressões e violências vivenciadas no cotidiano? Como garantir a luta por suas reivindicações e exigir políticas públicas? Como provocar o debate sobre a necessidade de enfrentar a banalização/naturalização da heterossexualidade compulsória? Como criar estratégias para o enfrentamento às múltiplas expressões da homofobia/lesbofobia/transfobia que compõem, muitas vezes, de forma silenciosa, sutil marcada pela omissão do próprio Estado? Nas situações de preconceito e discriminação são interditados o respeito, a dignidade e a liberdade como valor ético central. E o que fundamenta esta lógica opressora e fundamentalista é o moralismo como julgamento de valor que reproduz princípios, regras e normas preconceituosas que não são racionalmente sustentáveis. O moralismo atua como uma “moral deturpada”. No entanto, no horizonte da emancipação humana é possível ter como referência uma moral como modo de valoração que se baseia na reflexão racional e crítica.

Este cenário indica a necessidade da organização do movimento LGBTQT na perspectiva de politização da sexualidade humana, no sentido de compreendê-la numa dupla e intrínseca dimensão. A dimensão privada e a dimensão pública. Sabemos que os movimentos sociais se organizam em torno da vivência da exploração e opressão, da partilha de necessidades em comum e da construção coletiva de formas de resistência... Afirmar-se como lésbica é uma identidade política que transcende a "identidade sexual" e, portanto, constitui uma ação política para desconstrução da heterossexualidade compulsória e da heteronormatividade que se manifestam, por exemplo, na imposição da maternidade como obrigação e não como opção; na rejeição cultural e legal da família constituída

por pares homoafetivos e na negação do direito à adoção em nome de pares lésbicos e gays. A heterossexualidade obrigatória afirma-se cotidiana e sutilmente em diferentes dimensões da vida social naturalizando a invisibilidade e a vivência da lesbianidade em quatro paredes. a partir do que se convencionou chamar de "dupla vida". É importante destacar que quando homens e mulheres que vivenciam práticas homoafetivas não publicizam sua orientação sexual não podem ser responsabilizados como se a questão fosse de natureza individual. Não é a orientação sexual diferente do padrão dominante (heterossexual) que é a problemática a ser enfrentada, mas sim a naturalização e banalização do preconceito, da discriminação materializadas na forma de homofobia/lesbofobia/transfobia.

**O CFESS MANIFESTA seu compromisso ético-político em defesa organização e consolidação do movimento de mulheres lésbicas brasileiro, bem como da liberdade de orientação e expressão sexual e identidade de gênero e conclama a categoria de Assistentes Sociais a implementar a Resolução 489/2006 no cotidiano profissional. Seguimos na luta contra todas as formas de exploração e opressão vigentes.**

## DIVAS

Deixe a menina aparecer,  
se colorir, se revirar e extenuar-se de avessos,  
loucuras, orgasmos e mistérios (...)

Vai menina, ser nítida,  
palavras, fogo e arco-íris na vida!  
Vai amar a poesia, a alma feminina,  
vai ser essa escrita que se fabrica na luta,  
na dor, na lida, nos beijos e desejos seus.  
Tornar-se fel e depois se derramar de doçuras,  
viver o que tem vontade de ser.

Descasque-se, vire esse mundo,  
rompa couraças, se desabroche,  
pois é hora de ir à forra,  
deixar os guetos, sair dos quartos.  
Te expõe, se mostra,  
ela e a vida te esperam lá fora...  
(...)  
no alvorecer da diversidade.

Menina, pega Maria pela mão  
e vai amá-la com liberdade,  
no clarão de um dia de sol,  
no alvorecer da diversidade.

Andréa Lima

## Conselho Federal de Serviço Social - CFESS - Gestão 2008-2011 Atitude Crítica Para Avançar na Luta

**Presidente:** Ivanete Salete Boschetti

**Vice-Presidente:** Sâmbara Paula Ribeiro

**1ª. Secretária:** Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz

**2ª. Secretária:** Neile d'Oran Pinheiro

**1ª. Tesoureira:** Rosa Helena Stein

**2ª. Tesoureira:** Telma Ferraz da Silva

**Conselho Fiscal:**

Silvana Mara de Moraes dos Santos

Pedro Alves Fernandes

Kátia Regina Madeira

**Conselheiros (as) Suplentes:**

Edval Bernardino Campos

Rodriane de Oliveira Souza

Marinete Cordeiro Moreira

Kênia Augusta Figueiredo

Erivã Garcia Velasco

Marcelo Sitcovsky Santos Pereira

Maria Elisa dos Santos Braga

Maria Bernadette de Moraes Medeiros

Marylucia Mesquita Palmeira

**Conteúdo:**

Marylucia Mesquita Palmeira  
(Aprovado pela Diretoria do CFESS)

**Criação:**

Marcela Mattos

**Assessor de Comunicação:**

Bruno Costa e Silva  
comunicacao@cfess.org.br